



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

CURRÍCULOS ENTRE CONSERVADORISMOS, POLÍTICAS DE GÊNERO E CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: (IM)POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS

Catarina de Cassia Moreira; Lorraine de Andrade Branco Faria Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro, catherine.cassia@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro, lorraineagped@gmail.com

Resumo: Vivemos uma efervescente disputa no campo curricular no que concerne a abertura ou o veto das discussões sobre gênero e sexualidade no espaço escolar. Partimos do diálogo com a teoria da diferença na construção deste currículo não linear, fugido e inconstante, pensando nas relações de poder que se constituem e se inventam a todo instante, (re)produzindo normas e muitas vezes assujeitando subgrupos). Este artigo parte da vivência de duas professoras, que correlacionam situações dos seus cotidianos escolares com crianças da Educação Infantil à seus estudos no mestrado acadêmico, discutindo currículos, gêneros e sexualidades sob a perspectiva dos estudos queers e feministas. Para além de conservadorismos e perspectivas de inclusão, impulsionados pela família ou pela mídia, acreditamos que as crianças em seus discursos formulam pensamentos, criam histórias e explicações sobre estas e outras questões, construindo novas (im)possibilidades para esses currículos. Pretensiosamente nos inspiramos na abordagem metodológica cartográfica cunhada Deleuze e Guatarri (1995), para percorrer este caminho de pesquisa traçando uma breve composição que consideramos subjetivas e rizomáticas, mobilizadoras, inventivas e potentes.

Palavras-chave: Currículo, Educação Infantil, Diferença, Crianças.

Desaquendendo possibilidades cartográficas

Retirar, sair, cair fora, sinônimos de uma palavra principalmente usada pelas bichas, sapsas, travas e outrxs LGBTI's, DESAQUENDAR! Palavra proveniente do socioleto das travestis brasileiras, o Pajubá, derivado de línguas africanas como o Iorubá e o Egbá. Usado para enganar outrxs e esconder intenções, obteve seu marco na conhecida ditadura militar brasileira (1964 – 1985), onde LGBTI's o utilizavam para despistar-se dos perigos eminentes e repressivos que o regime impunha a diferença.

Desaquendar uma possibilidade cartográfica, é intencionalmente apoiar-se em Deleuze, Guatarri e principalmente nos ensinamentos de nossas bichas. Cartografar é tomar caminhos não-convencionais na pesquisa, é conversar com o inesperado no campo, é (des)encontro.

Para Oliveira e Paraíso (2012, p.167):

Cartografar é também uma operação de traçar linhas de fuga nos territórios, às vezes tão cinzentos, da educação; bailar por entre territórios; abrir-se; engajar-se; indicar vazamentos diante das forças que tentam



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher

direcionar os acontecimentos; enfim, fabular, criar, pintar outros mundos para a educação.

Adjetivamos a cartografia como subversiva, “pintar outros mundos para a educação” (idem) é deslocar os olhares para o que considerado irrelevante no espaço escolar. É talvez dar lugar ao *pajubá*, tentar sentir as diferenças na educação ao invés de adjetivá-las.

Este nosso percurso é tortuoso, incerto e tentaremos deslocar nossos olhares homogeneizadores sobre o que consideramos as crianças e a educação infantil. Mobilizaremos uma pesquisa que prioriza a diferença ao invés da identidade (PARAÍSO, 2010), problematizando esse currículo de forma em que possamos perceber as histórias, contextos e especificidades.

Deleuze (1998, p. 56) pensa em um método que “implica alguma coisa que violenta o pensamento, que o tira de seu natural estupor, de suas possibilidades apenas abstratas”, forma novos mundos e óticas outras para observá-los.

Estes escritos constituem um esforço de diálogo entre as pesquisas de mestrado, ainda em andamento, de ambas autoras. Oriundas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ e da linha de pesquisa de Currículo Docência e Linguagem, temos orientadores diferentes, mas frequentamos o

mesmo grupo de pesquisa, o BAFO!Bando de Estudos em currículo, ética e diferença, orientadas pelo professor Thiago Ranniery.

Por trabalharmos na mesma instituição de ensino, no mesmo segmento educacional, a Educação Infantil, e estudarmos juntas no grupo de pesquisa, optamos por formular diálogos possíveis entre as nossas pesquisas, uma vez que as duas compartilham caminhos próximos de discussão que englobam fundamentalmente currículo, gênero e sexualidade dentro das perspectivas dos estudos da diferença, queer e feminista.

Ao longo deste trabalho, contaremos histórias que irão compor nossos pensamentos relacionando sexualidade, currículo e infância. Para isso, precisamos partir de algumas chaves de leitura e entendimento daquilo que pretendemos chamar de currículo.

Nesse sentido, currículo aqui será entendido como uma composição múltipla, que não consiste especificamente de aspectos ligados ao ensino aprendizagem, currículo é brincar, é utilizar o banheiro, são as relações entre alunxs, são as relações que nos passam por despercebidas, mas que habitam o espaço escolar, reinventando esta lógica stéril da escola.

Nomeando as bichas e bruxas!

Nomear corpos, nossa especialidade. Nos engajamos constantemente em definir os normais e anormais, estabelecer margens,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

conjecturar grupos e identidades. Somos cisgêneros, bichas, sapatões, travestis e a novidade do queer. Nesta trama, quem definimos como criança? É difícil falar delxs sem trazer uma série de associações a este termo, fatalmente relacionadas a imagens angelicais e inocentes, por isso, propomos aqui, um possível entendimento de criança baseada nas referências de Larrosa (1994) e Rodrigues (2018).

Alexandro Rodrigues, professor da UFES, vem formulando uma ideia de crianças (des)viadas e (des)avisadas, estas que estão fora de qualquer possibilidade de construção de uma identidade previamente definida. Em suas palavras, brincar com as construções destes termos tem haver com a produção de um “desconforto na identidade-criança” (RODRIGUES et al., 2018, p.192). Entre o ir e vir dessas construções e produções sobre uma ideia de criança forma, para conversar com Deleuze, justamente neste “entre” é que pretendemos olhar as crianças:

[...] na medida em que sempre nos escapam: na medida em que inquieta o que sabemos (inquieta a soberba da nossa vontade de saber), na medida em que suspende o que podemos (e a arrogância da nossa vontade de poder) e na medida em que coloca em questão os lugares que construímos para ela (e a presunção da nossa vontade de abarcá-la). (LARROSA, 2016, p.185).

Integrar-nos a este referencial diz da possibilidade de lançar um olhar para a criança como abertura, e não fechamento, buscando ler nas relações que são estabelecidas através das histórias contadas, as disputas de poder produtivas e normativas que constituem os corpos. Entendendo que “nessas relações de saberes e poderes, não se produz somente a identidade-criança, produz junto, uma ideia de família” (RODRIGUES, et al. 2018, p. 198) escola, pedagogia, professora e tantos outros.

Há que se reconhecer, que ao passo que produzimos uma “sustentação a imagem cristalizada que temos sobre a criança” (idem), as próprias crianças em suas falas e ações vão desconstruindo este imaginário que se constitui sobre si, borrando as fronteiras entre o real e o imaginado do que é ser criança.

Permeadas por estas chaves de leitura, produziremos aqui um trabalho que irá mobilizar conceitos, (des)construir pensamentos e *colocar fogo no parquinho*.

O que permanece nos afetando

Para montar esta discussão trazemos uma das questões que esse trabalho faz entrar em ebulição. Que é entender que as crianças não estão fora do sexo, tão pouco que elas não têm sexo. Ao pensar sobre como as crianças falam da sexualidade, como reproduzem e criam entendimentos sobre este e tema e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

como nos professoras, com os nossos entendimentos “adultocêntricos” somos convocadas a lidar com a questão da sexualidade diariamente sob os atravessamentos propostos pelas crianças. Brincadeiras, conversas, ações e rebolados, são aqui entendidos como fatos discursivos para a partir deles analisar como os dispositivos e as *técnicas polimorfos do poder* (FOCAULT, 2017) constroem o currículo, percebendo que o “ponto importante não [é] determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a *vontade de saber* que lhes serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento” (Idem, p.17). A partir desses pensamentos, refletir sobre as histórias que seguirão justamente como esses disparadores de produção de entendimento e reinvenção do mundo de acordo com as relações que aí são estabelecem e constituem o currículo.

Ao longo dos anos como docentes da Educação Infantil, vivenciamos inúmeras situações que nos convidaram ao questionamento, a violentar o pensamento, como diz Deleuze, e a pôr em xeque, isso, que compreendemos como corpo infantil. Foucault, em seus escritos sobre a sexualidade, questiona os modos com os entendimentos dos corpos das crianças foram

sendo construídos, moldados e arbitrados, ao passo que apesar destas construções, fugas, transgressões e modos outros de se portar, expressar e viver foram também constituindo estes “corpos desviantes” para falar com Alexandre Rodrigues.

Para este artigo selecionamos algumas destas histórias para compartilhar, e neste exercício de memória, dividimos aquilo que nos afetou e que compõe nossos modos de ler, ver e sentir o que nos aconteceu, com base nos atravessamentos causados pelas nossas experiências, leituras e conversas sobre o assunto.

Moramos no Rio de Janeiro, em nossa cidade, o funk, é um ritmo muito comum de ser ouvido, cantado e inventado pelas crianças em nossas escolas, mas principalmente é um ritmo dançados por *corpos rebotativos* que se espalham pelas salas, pátios, corredores, banheiros, enfim, ocupam toda escola.

Uma das crianças que compõe estas inúmeras histórias adorava rebolar e cantar funks. Moradora de uma comunidade carioca e filha de DJ de baile funk, a música compunha seu corpo como brincadeira. Rebolar era parte do seu modo de estar no mundo, de debochar das habitualidades, de literalmente, *sambar na cara da sociedade* em seus plenos 4 anos de vida. Logo, algumas questões foram surgindo... Como



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pode uma criança ficar rebolando por aí? Olha que triste, como essa criança é sexualizada! Ela corre riscos, pode sofrer abusos! O que vamos fazer com ela? Ela não pode ficar rebolando por aí! Vamos conversar com a família dela! Vamos fazer uma reunião de pais! Vamos ensiná-la que isso não é coisa de criança! Vamos bani-la, vamos conformá-la, vamos controlá-la, enquadrá-la, vamos tirar o seu rebolado! Parece sufocante, e sim, é sufocante, foi sufocante. Após uma conversa longa entre as professoras do grupo a coordenação pedagógica e a professora de dança, inicialmente uma das docentes do grupo, no caso eu, e a professora de dança tiveram dificuldades de entender qual era o problema de uma criança brincar de rebolar o tempo todo. Para nós, não havia problemas nisso, uma vez que este modo de expressão não a impedia de fazer nada. Mas fomos contidas com estas imposições de um corpo infantil que não poderia ser *rebolativo*, pois haviam muitos perigos nisso. Perigos estes imaginados e inventados por adultos que estavam lançando um olhar sobre aquele corpo querendo determiná-lo e enquadrá-lo como um corpo infantil, inocente, dócil, passivo, cujo qual nós, como escola deveríamos resguardar, já que a família não estava dando conta de “fazer direito o seu papel”. Em uma busca por outros modos possíveis de ação, a professora de dança sugeriu então que fizéssemos em sua aula

experimentações com os diversos ritmos que compunham a cultura brasileira e principalmente as que afloravam naquele grupo de crianças como o que estava acontecendo naquele momento, com o intuito de não menosprezar um ou outro, mas de validar e ampliar as possibilidades de contato, acesso e expressão através do corpo e da dança e assim o fizemos. Fomos do Funk ao Carimbó, explorando movimentos, ritmos, vestimentas e tudo que havia de possibilidade para nós. (Registro de memórias, acervo pessoal da pesquisa)

Interessa-nos aqui pensar, como estes *corpos rebolativos* compõem os currículos das escolas, aqui com foco na Educação Infantil. Para fazer o exercício de pensar sobre os diferentes modos que o currículo está presente na escola e como nós professores construimos nosso entendimento sobre ele agindo sobre as ações das crianças ao passo que somos atravessados, questionados e perturbados por elas.

Apesar dos preconceitos e das falas prontas, há nesta memória uma possibilidade de abertura que se deu pelo diálogo. Nós falamos sobre a sexualidade. Já encontramos aí um primeiro ponto muito significativo desta memória. Professoras com diferentes religiões, pontos de vista e histórias de vida, dedicaram seu tempo de planejamento e puseram-se a pensar sobre os atravessamentos



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

causados pelo pequeno corpo potente da criança que rebojava entre nós. Este diálogo, pôs o currículo para se movimentar, mobilizando saberes e entendimentos múltiplos e possíveis sobre estes corpos que ocupam as Escolas Infantis, de modo a produzir convergências possíveis. Para Paraíso (2010, p. 588) currículo:

[...] é um território de multiplicidades de todos os tipos, de disseminação de saberes diversos, de encontros “variados”, de composições “caóticas”, de disseminações “perigosas”, de contágios “incontroláveis”, de acontecimentos “insuspeitados”.

Neste currículo não cabe apenas a normalidade, mas as bifurcações anormais construídas pelas relações, o currículo foge de nossos documentos, foge pelas brechas das salas, escorre entre os dedos das/os professoras/es. Ele salta em nós quando não há mais o que dizer, e também silencia-se quando muito questionado. Definir currículo é uma tarefa baseada em uma ciência inexata, não cabe a um profissional específico defini-lo. Não dispensamos os documentos norteadores (como o Projeto Político Pedagógico), mas seus discursos não abrangem as especificidades que nascem e desenvolvem-se dentro e fora do ambiente escolar.

Ao passo que falávamos sobre a criança, falávamos também sobre o funk esse estilo musical estigmatizado e estereotipado no que se refere aos preconceitos de classe, cor, vestimenta e etc. Mas ali, naquela conversa, não o distanciávamos do nosso trabalho, mas sim, o trazíamos para a conversa movimentando-nos junto com seu gingado para pensar em algo novo, mobilizado pelo rebolado da criança. Foucault (2017) diz que não há um silenciamento sobre o sexo, mas há sim outra maneira de falar sobre ele, com pontos de vista e com referenciais que visam produzir alguns efeitos e que se efetivam nas relações fazendo a manutenção das tecnologias de gênero que se propõe a regular e tutelar a sexualidade.

[...]partimos do entendimento de que o currículo, a educação, precisam problematizar a predominância de um modo de existência universal que tende a frustrar a emergência de outros modos; precisa considerar que vivemos num mundo pleno de possibilidades e que deixar o outro ser um ouro singular, ser aquilo que ainda não foi inventado, potencializa outros modos de vida. (TEDESCHI; PAVAN, 2017,P.679)

Nesta trama, como reconhecer o funk como modo e percurso válido dentro disto que conceituamos como currículo? Seríamos nós professoras, elegíveis para legitimar uma



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

cultura “*marginalizada*” como potente neste processo?

Como prometido contaremos outras histórias, a que segue é a de Zuleica.

Tive em uma de minhas experiências docentes uma criança que cismava de ser Zuleica. Quando decidia ser Zuleica ai de mim se não o chamasse assim. E tinha que ser nomeadx dessa forma até que cansasse de ser Zuleica e voltasse a ser o que era habitualmente. A impossibilidade de lidar com isso estava posta. Eu simplesmente não questionava. Tratava-x de Zuleica e aceitava. Às vezes comentava com uma companheira professora ou outra, às vezes ouvia gracinhas de outros adultos da escola que me perguntavam por que eu x deixava colocar saias, arcos e porque x chamava assim. As próprias crianças x regulavam nas brincadeiras, só poderia brincar se não fosse mais Zuleica e bem resolvidx - acho que mais até do que eu - ia brincar de outras coisas, com outras crianças. Tentei por vezes intervir com o intuito de forçar uma "aceitação" do grupo de crianças como eu tinha me forçado a aceitar, dizia que “sim elx vai brincar sim e como elx quiser estar” e as crianças respondiam, “mas elx não pode colocar uma saia por que é menino”. E eu tentava explicar, “mas quem disse que meninos não podem usar saias? Quem disse que meninos não podem brincar de boneca, fazer comida e arrumar a casa?” Tudo

com o intuito de desconstruir estes papéis genéricos e prefixados que as crianças ali estabeleciam. Atualmente vejo como o dispositivo de sexualidade estava sendo posto em ação. Que ao passo que buscavam regular, Zuleica ia além, enfrentava, mudava de corpo e quando cansava deixava de ser. (Registro de memórias, acervo pessoal da pesquisa).

Costa, relembrando Foucault (2017) e fazendo uma relação com o feminismo material nos lembra sobre como os discursos atravessam os corpos. Ao lembrar Zuleica, penso nos discursos que permearam esse e outros corpos ao longo deste tempo. Como estes discursos, falas, restrições e silêncios a constituem? Como elx nos constitui como um corpo outro que está entre nós? Afinal, não só nós agimos sobre o mundo, mas ele também age sobre nós, moldando, limitando e abrindo fissuras e brechas “cujas consequências também são materiais/reais” (COSTA, 2014, p. 278).

Buttler (2004) explica que nos tornamos sujeitos porque somos regulados, e afirma que a regulação está em nomear. Ao nomear delimitamos e colocamos cada corpo em alguns lugares específicos que ao serem nomeados passam a ser regulados por aquilo que os nomeiam. Dessa forma, gênero passa a ser apenas uma parte dessas operações reguladoras que se incluem dentro da norma



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

que não tem força de lei, mas “opera no âmbito das práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização” (BUTTLER, 2004, p.252).

Ao lembrar Foucault, Butler explica que:

A norma, ou espaço normativo, não reconhece exteriores. A norma integra tudo que pretende ir além dela- nada, ninguém, por mais diferença que possa exibir, nunca pode alegar exterioridade, ou alegar possuir uma alteridade que a torne outra. (FOUCAULT, apud BUTTLER, 2004, p.265).

O currículo também território povoado por buscas de ordenamentos, de organizações, de sequenciações, de estruturações, de enquadramentos, de divisões (PARAÍSO, 2010, p. 588), pretende-se uma norma. Normatizar saberes, fazeres e corpos, sua pretensão é receitar modos. Fazer com que seja seguido. Estamos falando aqui do currículo pensado, não deste fugido com o qual propomos conversar.

A última memória que trazemos para compor esta discussão se trata da história de uma professora e dois meninxs. Logo que comecei a escrever esta memória achei engraçado perceber como as crianças já entram desde muito cedo na lógica de que existem “palavras proibidas”. Explico-me. Falar sobre as genitálias, sobre necessidades

fisiológicas como xixi e coco torna-se piada, ou segredo. Não há um silenciamento sobre o sexo, mas há sim outra maneira de falar sobre ele, com pontos de vista e com referenciais que visam produzir alguns efeitos e que se efetivam nas relações fazendo a manutenção das tecnologias que regulam e tutelam a sexualidade.

Em determinado momento do dia, estava eu com o grupo de crianças no pátio e me dei conta de que faltavam duas crianças. Quando entrei na sala, que por sinal estava com a porta fechada e a luz apagada, vejo duas crianças embaixo da mesa comparando seus pênis. Ao ouvirem minha entrada logo levantaram suas calças sorriram e saíram correndo para o pátio. Deixei-os brincar como se nada houvesse acontecido. Quando retornamos para sala, propus algumas atividades em que as crianças pudessem realizá-las com autonomia e sem a minha ajuda muito próxima e convidei os dois para uma conversa fora da sala. Ambos já vieram de cabeças abaixadas, com risos contidos e olhares cruzados. Eu perguntei o que estavam fazendo na sala quando estávamos todos no pátio. Fizeram um grande silêncio até que eu explicasse que não iria brigar com eles, em seguida responderam que não estavam fazendo nada, e eu disse que tinha visto que eles estavam levantando as suas calças e perguntei se eles estavam fazendo uma pesquisa. Os



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

dois se entreolharam e o mais o velho me perguntou assustado: “Uma pesquisa?” Eu disse “Sim, uma pesquisa. O que vocês estavam investigando com as calças abaixadas?” O primeiro, muito encabulado disse: “Sabe o que é? É que eles são diferentes!” E o segundo completou “No tamanho e na cor”. Eu respondi que achava interessantes e em seguida expliquei que não havia problema algum fazer este tipo de pesquisa com os corpos dos colegas, mas que isso precisava ser um combinado e que talvez outras crianças do grupo não estivessem interessadas nisso. Pedi que quando eles tivessem o interesse de olhar e comparar novamente que o fizessem no banheiro.

Após retomar essa situação me dei conta de que em meio a toda essa conversa a palavra pênis, pinto, piru, ou seja, lá qual nome queiram dar para o órgão genital masculino, nenhum dos nomes foi pronunciado nem pelas crianças nem por mim. Para Foucault (2017) as censuras do vocabulário atuam como dispositivos secundários de regulação de gênero. É estranho observar como o fato de falar sobre sexo, dialogar sobre ele sem dizer claramente algumas palavras que o “nomeiam” está impregnado nas relações a ponto de colocar para funcionar dispositivos de controle da fala e das ações. Por quais motivos aquelas crianças de 6 e 4 anos respectivamente optaram por se esconder para fazer suas

experimentações? Por que ao falar comigo, a professora na ocasião, não nomearam seus pênis? E porque eu também não os nomeei? Por que solicitei que fizessem isso no banheiro? Por que não expandir uma dúvida deles para que o grupo pudesse discutir e investigar como costumamos fazer com outros assuntos? Quais são as técnicas de controle que estão implícitas nas relações e quais são as tecnologias que se ativam nesse movimento de regulação e de entendimento tácito de que este não seria um tema para ser discutido com todo o grupo de crianças?

Eis que ao convocar as crianças para a conversa, atuo como uma “*polícia do sexo*” “*regulando sexos por meio de um discurso útil e público e não pelo rigor de uma proibição*” (Foucault, 2017, p. 28) ao convocá-los a confessar seus prazeres trazendo seus desejos para o plano da palavra dando a curiosidade das crianças uma materialidade discursiva, neutralizando o tema da sexualidade e suprimindo seus termos. Estas muitas formas de silenciar ou apagar do discurso, o sexo, ainda que seja ele o tema da conversa, apoiam estratégias de constrangimento que tutelam esse e outros diálogos.

Ao falar sobre a relação estabelecida entre o sexo as crianças, as professoras e os diálogos entre elas, Foucault (2017) localiza que a partir do século XVII se tornou um



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

discurso importante em torno do qual foram criados “*dispositivos institucionais e estratégias discursivas*” para tratar do tema, pondo em prática discursos “*múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder*”(p.34). E quais seriam as relações de poder nas quais me inseri e convoquei as crianças a participar?

Entre idas e vindas, correlacionando e tencionando nossas teorias e vivências, (in)concluímos que nesses múltiplos e rizomáticos (DELEUZE E GUATARRI) percursos há encontros e desencontros que nos propusemos a dissecar com olhares de investigadoras da educação, se é que há essa possibilidade.

A intenção aqui é de mobilizar saberes sobre as crianças *outras*, (des)viadas e (des)avisadas, que nos afetaram durante nossa trajetória como professoras. Não se constitui aqui uma totalidade, somos experiencias constantes, nosso intuito não é homogeneizar as relações no ambiente escolar, muito menos estancar os saberes e fazeres, mas sim problematizar as relações que muitas vezes nos passam por despercebidas neste ambiente tão fluido que é a escola, especificadamente, a Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BUTTLER, J. **Regulações de Gênero.** in. Cadernos Pagu. 42º Ed. Tradução: Cecília Holtmann. Revisão: Richard Miscolci. São Paulo: UNICAMP, 2014, p. 249-274.

COSTA, C. J. de L. **Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais.** in. BIDASECA et. all., Legados, Genealogias y Memórias Poscoloniales: Escrituras Fronterizas desde el Sur. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2014.

DELEUZE, Guattari. **Proust e os signos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A G. Albuquerque - 4º ed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

LARROSA, J. **Tecnologias do eu e educação.** In: Silva, T. T. *O sujeito da educação.* Petrópolis; vozes, 1994, p.35-86.

LARROSA, J. **Pedagogia profana: danças, piroetas e mascaradas.** Autêntica, 2017.

PARAÍSO, M. A. Diferença no currículo. **In: Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 587-604, maio/ago. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1440140.pdf>>.

RANNIERY, T. M. O.; PARAÍSO, M. A. **Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação.** In: Pro-Posições, v. 23, n. 3, p. 159-178, set./dez. 2012.

RODRIGUES, A. et al. **No entre-lugar da criança (des) viada e (des) avisada: A língua afiada corta e nos faz criança.** In: *Revista Periódicus*, v. 1, n. 9, p. 192-213, 2018.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

TEDESCHI, S. L.; PAVAN, R.
CURRÍCULO E EPISTEMOLOGIA: a
des-criação da identidade/universalidade e
a criação da
diferença/multiplicidade. Currículo sem
Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 678-698, 2017.